

CEDI**Povos Indígenas no Brasil**Fonte: Comício Brasileiro Class.: Direitos HumanosData: 16/01/93 Pg.: 11 DINR0204

Anistia denuncia crimes contra os indígenas

São Paulo — Um relatório da organização Anistia Internacional, divulgado ontem no auditório da seção paulista da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), responsabiliza as autoridades brasileiras pelas violações dos direitos humanos das comunidades indígenas, cujo membros “são sequestrados, torturados e mortos por causa de suas terras ou dos recursos naturais nela contidos”. Ontem, o diretor Jurídico da Anistia Internacional, Márcio Gontijo, encaminhou cópias do documento ao gabinete do ministro da Casa Civil, Henrique Hargreaves, e da Justiça, Maurício Corrêa.

Segundo documento — fruto de seis meses de pesquisas entre 16 grupos indígenas de oito estados — 27 índios foram mortos ao longo de 1991, o dobro do número do ano anterior. “Dos 160 assassinatos registrados entre 1980 e 1992, apenas dois foram a julgamento”, afirmou Alison Sutton, do Departamento de Investigações do Secretariado Internacional da Anistia.

“As autoridades de todos os

níveis não proporcionam proteção efetiva aos índios nem levam à Justiça os responsáveis pelos assassinatos, sequestros, molestamentos e ameaças que vitimam os indígenas”, diz o relatório. Embora os direitos dos índios tenham sido reconhecidos pela Constituição, continua o documento, “na prática, esses direitos têm sido ignorados por pessoas que reivindicam as terras dos indígenas e, por isso, os sequestram e assassinam, a fim de expulsá-los de terras cobiçadas, devido a riqueza dos seus recursos”.

Alison Sutton agradeceu a cooperação da (Funai), Fundação Nacional do Índio que facilitou o acesso às áreas indígenas e forneceu as informações solicitadas. “A Funai tem falhas, que ela mesma reconhece, mas também dispõe de funcionários que se dedicam corretamente à causa dos índios”, afirmou Alison Sutton. A Anistia divulgou também a tradução portuguesa do relatório sobre a situação dos índios em outros países da América Latina, divulgado em outubro do ano passado, pela entidade.